

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUDIOVISUAL

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 26 de fevereiro de 2025, às 14h30 min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho de Audiovisual do Estado de Pernambuco. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as)Titulares: **Alexandre Soares Taquary; Anna Paula Andrade; Cecília Melo da Fonte; Clarice de Melo Andrade; Cynthia Gomes Falcão Pereira; Maria Samara de Almeida** e os Conselheiras(os)Suplentes: **Paulo Ricardo da Costa; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araujo; Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano**. **PAUTA: 01.** Lei Paulo Gustavo (dúvidas e atualizações) - Secexec - Yasmim Neves; **02.** PNAB (dúvidas e atualizações) - Secexec - Yasmim Neves; **03.** FUNCULTURA AUDIOVISUAL; **04.** Perspectivas para a cultura e a cadeia produtiva do audiovisual de Pernambuco: **4.1.** Relações com Órgãos Federais: ANCINE e Ministério da Cultura: financiamento e parcerias.; **4.2.** Políticas e Editais: Diretrizes culturais, construção de editais e seleção de pareceristas: Transparência em resultados, cotas e dados; **4.3.** Inovação e Tecnologia: Impacto de novas tecnologias no setor. **Amanda Carneiro**, Secretária da Casa dos Conselhos, confirmou a presença dos conselheiros e ressaltou que era necessário que os seis conselheiros presentes permanecessem durante toda a reunião. Ela explicou que o código de instalação deveria ser mantido de forma permanente e que, para determinadas deliberações internas, seria necessário um mínimo de dez representantes, número que não estava disponível no momento. No entanto, afirmou que a reunião seria realizada da mesma forma, garantindo que todos tivessem acesso às informações apresentadas. **Maria Samara** iniciou a reunião apresentando as pautas do dia, que incluíam atualizações sobre a Lei Paulo Gustavo, a PNAB e o Funcultura Audiovisual. Destacou que esta última pauta, por ser mais ampla, foi dividida em subtópicos, como financiamento, editais, transparência, cotas e impacto das novas tecnologias no setor. **Amanda Carneiro** informou sobre um evento do MINC, relacionado ao CNIC, cujo link havia sido compartilhado no grupo de WhatsApp por Maurício. Ela destacou que todos os conselheiros e conselheiras receberiam o convite por e-mail, enviado pela Secretaria de Cultura. Explicou que o evento seria aberto à sociedade civil e aos conselheiros, permitindo a inscrição por meio do link disponível. Reforçou a importância da participação de todos para garantir um grande número de presentes e ressaltou que o evento aconteceria nos dias 12 e 13 de março, no Sebrae, logo após o Carnaval. Por fim, pediu que as inscrições fossem feitas o quanto antes e incentivou a

divulgação do link nos grupos. **Maria Samara** mencionou alguns apontamentos trazidos no grupo, destacando a importância de apresentá-los, especialmente para os conselheiros ausentes. Ela ressaltou um questionamento de Maurício sobre a Lei Paulo Gustavo, que também era uma preocupação de outros conselheiros e participantes da reunião anterior. Maurício havia sugerido que seria fundamental obter um posicionamento do Governo do Estado sobre a questão financeira da LPG, buscando entender se houve devolução de recursos, os motivos para isso e a falta de diálogo transparente com a classe artística. Além disso, ele questionou se seria possível reaver os recursos devolvidos. **Yasmim Neves** iniciou sua fala ressaltando que o conselho é um espaço de colaboração e coletividade, onde a sociedade civil e o governo se reúnem para dialogar e construir políticas culturais para Pernambuco. Ela pediu desculpas pela mudança da reunião, explicando que precisou participar de um encontro emergencial no Ministério da Cultura para tratar das demandas do estado para 2025. Em relação à Lei Paulo Gustavo, esclareceu que Pernambuco devolveu, no dia 15 de janeiro, R\$ 3 milhões referentes à operacionalização da LPG, pois a Secult utilizou recursos estaduais para cobrir parte dos custos. A devolução seguiu a orientação do Ministério da Cultura dentro do prazo estipulado. Yasmim também desmentiu rumores de que a Secult teria recebido recursos de outros municípios para executar a LPG, explicando que, embora houvesse previsão de repasse de três municípios, isso não ocorreu. Além disso, esclareceu que a devolução do recurso pode não ter sido imediatamente atualizada no site do Ministério, pois há um déficit na atualização dessas informações. Por fim, afirmou que não há possibilidade de reaver o valor devolvido, mas garantiu que os recursos culturais permanecerão no setor, conforme informado pelo Ministério da Cultura. Ela destacou que a Secult destinou todo o montante da LPG para ampliar o chamamento de agentes e pulverizar os recursos. **Maria Samara** finalizou a primeira pauta e seguiu para a discussão sobre a PNAB. Ela mencionou que houve questionamentos relacionados à análise dos pareceristas, especificamente sobre as notas atribuídas e os critérios utilizados para a seleção desses profissionais. **Yasmim Neves** explicou como foi realizada a contratação dos pareceristas. Ela informou que, em 2022, foi publicado um edital de credenciamento para atuação na LPG, nos prêmios da casa e na PNAB, cuja vigência encerrou-se em dezembro do ano passado. A Secult, que anteriormente contratava pareceristas por inexigibilidade, passou a exigir comprovação de experiência na área cultural. Os candidatos eram avaliados e, caso aptos, inseridos em um banco de dados. Quando necessário, a Secult realizava sorteios e os convocava para prestar serviço, formalizando contratos e ordens de serviço. Ela mencionou que houve uma reunião de orientação para os pareceristas, que receberam um manual de instrução, participaram de diálogos no WhatsApp e foram acompanhados pelos coordenadores dos editais. No entanto, alguns apresentaram problemas na execução do trabalho e serão alvo de processos administrativos, não podendo ser contratados novamente por um período. Sobre as discrepâncias nas notas, Yasmim explicou que a análise foi individual e que, devido ao grande volume de propostas (cerca de 12 mil), não foi possível supervisionar todas em tempo real. Para a PNAB 2025, a Secult pretende adotar um modelo de um parecerista por projeto para minimizar divergências. Também está prevista a publicação de um novo edital de credenciamento após o Carnaval, com valores atualizados e critérios segmentados. Ela esclareceu que os pagamentos dos editais de prêmios e bolsas estão sendo finalizados, mas enfrentam dificuldades devido a problemas bancários, especialmente com contas digitais rejeitadas pelo sistema do Banco do Brasil. A equipe está trabalhando para resolver essas pendências. Por fim, Yasmim

informou que a organização da PNAB 2025 já começou, embora o Ministério da Cultura ainda não tenha aberto o sistema para o lançamento do plano de ação. Pernambuco sofrerá um desconto de 30% nos repasses devido à destinação de parte dos recursos para políticas específicas, como Cultura Viva e obras de reforma. Ela destacou a importância de dialogar com o CEPC e sugeriu uma reunião unificada para discutir a regionalização dos editais e a aplicação das políticas afirmativas, conforme orientação do Ministério. **Maria Samara** destacou que Yasmim abordou a pauta sobre políticas e editais, incluindo a seleção de pareceristas. Ela sugeriu discutir a transparência nos resultados, cotas e dados, e todos concordaram. Também mencionou que a compreensão do ranqueamento foi questionada em reuniões anteriores e informou que Irene, gestora do Mapa Cultural, se disponibilizou para esclarecer o assunto. **Irene Veiga** explicou as etapas do ranqueamento utilizado na Secult, destacando que o processo é 100% auditável e realizado por meio da plataforma do Mapa Cultural, com suporte da Agência de Tecnologia. Ela ressaltou que a aplicação segue a Instrução Normativa 10, garantindo reservas de vagas e políticas afirmativas. Para exemplificar, Irene descreveu a estruturação de um edital com 100 vagas, distribuídas entre ampla concorrência e cotas para pessoas negras, indígenas e com deficiência. O ranqueamento inicial considera a divisão por grupos, seguida pela separação por macrorregiões. Posteriormente, são aplicadas as notas e os critérios de desempate, garantindo o preenchimento das vagas conforme as regras estabelecidas. Ela esclareceu que, se uma determinada cota não atingir a demanda prevista em uma região, as vagas podem ser remanejadas para outras macrorregiões com candidatos da mesma característica. Além disso, explicou que o critério de linguagem é considerado apenas após a garantia das reservas de vagas e da distribuição regional. Por fim, Irene abordou dúvidas comuns sobre casos em que candidatos com notas mais baixas são selecionados em detrimento de outros com pontuação maior. Ela explicou que isso ocorre devido à necessidade de cumprir a reserva de cotas, garantindo que todas sejam preenchidas conforme a normativa. Concluiu se colocando à disposição para esclarecer qualquer questionamento. **Maria Samara** afirmou estar feliz com a disposição para discutir o assunto e propôs a realização de um momento específico com o Mapa Cultural. Ela destacou a complexidade do tema, que envolve muitas questões, e agradeceu pela disponibilidade. Além disso, sugeriu um encontro com os conselheiros para aprofundar a discussão sobre cotas e ranqueamento, ressaltando que a apresentação de dados e slides ajudaria na compreensão do processo. **Irene Veiga** ressaltou a importância da transparência no processo e afirmou que o Mapa Cultural evoluiu para garantir total rastreabilidade e respostas às demandas da sociedade. Destacou o compromisso das equipes técnicas e se colocou, junto aos desenvolvedores, à disposição para esclarecer dúvidas e apresentar o funcionamento da plataforma. **Paulo Ricardo** afirmou ter interesse na questão das cotas, mencionando sua atuação como suplente no conselho da Fepec, no movimento de cineclubes e como realizador audiovisual. Ele questionou o peso das cotas no processo, especialmente em relação às pessoas com deficiência, e perguntou se existia algum tipo de mapeamento desses artistas no estado. **Irene Veiga** respondeu que a equipe realiza o acompanhamento e mapeamento de todas as reservas, além de estruturar dados sociais a partir das informações coletadas nos formulários. Explicou que o Mapa Cultural, além de ser uma ferramenta de georreferenciamento segura, também funciona como um repositório de dados. Ela destacou que o ranqueamento inclui a separação das cotas desde o início do processo, garantindo que esses dados sejam devidamente mapeados. Além disso, informou que, após a divulgação dos resultados, os

dados são repassados ao Observatório, onde cientistas analisam e detalham as informações para auxiliar na gestão e na tomada de decisões em Pernambuco. **Yasmim Neves** destacou o Censo Cultural Pernambucano como uma ferramenta essencial para mapear os fazedores de cultura no estado. Explicou que o censo coleta dados socioeconômicos e de atuação cultural, auxiliando na formulação de políticas públicas mais eficazes. Informou que a pesquisa está disponível nas redes sociais e pediu apoio na divulgação. Além disso, ressaltou que o censo envolve os 184 municípios de Pernambuco e que, ao final, um relatório será produzido para orientar futuras ações. **Willyssys Wolfgang** compartilhou sua experiência como parecerista, sugerindo que, para evitar disparidades nas notas, seja adotado um sistema onde as notas sejam socializadas e discutidas. Ele explicou que, em sua experiência, quando havia grande diferença nas notas, elas eram destacadas em cores para revisão. Willyssys enfatizou que confiar em apenas um parecerista é arriscado e citou um exemplo pessoal de discrepância nas notas recebidas na PNAB. **Yasmim Neves** explicou que o cronograma da PNAB foi inicialmente curto, com a intenção de lançá-lo no primeiro semestre, mas houve reclamações sobre as datas. Por isso, pensaram em ampliar o prazo de inscrição e dos pareceristas. Ela mencionou a falta de liberação para contratações imediatas, o que dificultou o aumento de profissionais na área de análise de mérito e linguagens. Yasmim afirmou que o cronograma de 2025 será ajustado para melhorar o processo e que a equipe está comprometida em entregar editais mais acessíveis e realistas, aprendendo e aprimorando continuamente. **Irene Veiga** explicou que, para complementar a informação, a equipe já está dialogando com um estado que utiliza um processo semelhante ao descrito e que, nos bastidores, estão estudando uma planilha para identificar disparidades nas notas. Ela destacou que estão buscando uma melhor forma de analisar e corrigir possíveis falhas nesse processo. **Maria Samara** ressaltou os pontos discutidos na reunião, incluindo as dúvidas e atualizações sobre a PNAB, a perspectiva para o audiovisual, a construção dos editais, a seleção de pareceristas, transparência, resultados, cotas e dados. Ela propôs seguir para pauta sobre o Funcultura Audiovisual e sugeriu, ao final, falar sobre as perspectivas para o ano. Também fez um convite ao MAPE e ao grupo Negritude, mencionando que Yasmim poderia abordar esse convite, sugerindo que o grupo discutisse cada assunto por vez, começando pelo Funcultura Audiovisual. **Clarice Andrade**, em relação ao Funcultura, iniciou explicando que prepararam um documento para enviar ao conselho, assim como o MAPE fez. Ela respondeu aos questionamentos sobre o edital, começando pela classificação e notas, esclarecendo que não atribuem notas nas etapas de análise documental e defesa oral, e que a nota final é uma súmula composta pelos pareceres dos três avaliadores. Em relação ao cronograma do edital, ela afirmou que as etapas de socialização e defesa oral consomem mais tempo, mas são essenciais para o processo, especialmente no audiovisual. Sobre o pagamento em parcelas, destacou que houve uma evolução nas condições de liberação, conforme o Decreto 45.508 de 2017, com ajustes para melhorar o fluxo de pagamento dos projetos. A respeito da revisão dos anexos e a exigência de arquivos sem senha, ela explicou que a falta de senha facilita a análise e evita a desclassificação de projetos. Clarice também comentou sobre questões de acessibilidade, a revisão dos critérios de pontuação para diretores estreantes, e ajustes nos requisitos de documentação, como o registro da Fundação Biblioteca Nacional. Ela mencionou que algumas mudanças nas regras seriam publicadas no Diário Oficial e disponibilizadas no portal Cultura PE. Por fim, se colocou à disposição para responder a qualquer dúvida adicional, dizendo que enviaria o e-mail

com as respostas ao conselho após a reunião. Clarice complementou que queria que todos entendessem que, naquele momento, o processo de julgamento ainda não estava totalmente claro, mas que isso ficaria mais evidente quando apresentassem o ranking. Ela explicou que não havia uma nota fechada, pois a análise estava em andamento e a nota estava sendo formada de forma gradual, e não surgia de forma aleatória. **Wllyssys Wolfgang** explicou que, em uma situação ocorrida com um projeto, os produtores só tiveram acesso às súmulas após o resultado final e foi nesse momento que puderam recorrer. O projeto em questão não foi convocado para defesa oral, mas, ao pedir as súmulas, perceberam que uma das notas, referente à regionalização, não havia sido atribuída corretamente. Isso fez com que a nota do projeto subisse e, consequentemente, o projeto fosse convocado para uma defesa oral extraordinária. Wllyssys participou dessa defesa oral, mas a experiência foi constrangedora, pois os pareceristas estavam apáticos e a defesa não resultou em alteração no resultado final. Ele ressaltou que a falta de transparência nas notas deixou-o sem saber se a nota do projeto havia aumentado ou diminuído. Wllyssys enfatizou a importância da divulgação das notas preliminares, pois isso permitiria mensurar a posição do projeto, o que poderia ajudar na melhoria e nas estratégias de recursos. Ele reforçou que, apesar do esforço e da burocracia que isso implicaria, a divulgação das notas seria essencial para melhorar o processo. **Clarice Andrade** explicou que a equipe estava trabalhando para implementar o ranqueamento e oferecer melhores resultados, embora ainda não tivesse conseguido concluir o processo. Ela mencionou que o compromisso do Funcultura era cumprir essa meta e que esperava trazer novidades em breve. Clarice se sentiu constrangida com a situação trazida por Wllyssys, destacando que o contrato dos pareceristas vai até a última data do edital, contemplando a possibilidade de recursos, como já ocorrido em edições anteriores. Ela lembrou que a comissão deliberativa participa do julgamento e, caso haja questionamentos sobre os resultados, é possível convocar novamente o grupo. Ela também ressaltou que a situação levantada não deveria ocorrer, pois seria desrespeitosa com os proponentes. Clarice reforçou que a equipe estava empenhada no ranqueamento e que, caso o Conselho desejasse, poderia ser inserida a etapa de recurso no próximo edital, embora isso implicasse em um prazo um pouco maior devido ao tempo necessário para os recursos. **Cynthia Falcão** decidiu retirar sua proposta de ponto de pauta, pois se sentiu contemplada pelas respostas de Clarice. Ela fez um adendo, questionando se seria possível realizar as alterações ainda neste ano, já que, como mencionado por Clarice, o cronograma para a dança permitia três dias para mudanças. Cynthia sugeriu que, como a equipe já estava trabalhando nas alterações, seria viável consultar o jurídico para verificar se era possível incluir as modificações no edital, considerando o princípio de isonomia entre os editais de música e audiovisual. Ela pediu para Clarice refletir sobre a questão, consultar sua equipe e o jurídico para avaliar a possibilidade de realizar essas mudanças no edital ainda naquele ano, destacando que as alterações eram poucas. **Clarice Andrade** explicou que, em relação ao que foi apresentado no MAPE, ela conseguiu acolher as propostas, mencionando que já havia recebido anteriormente durante o período de estudo. No entanto, ela afirmou que não tinha a autoridade para determinar se a inclusão de uma nova etapa prejudicaria o edital, sendo necessário consultar o jurídico para isso. Clarice destacou que as alterações feitas até então não impactaram o cronograma do edital, mas sua preocupação era com a inserção de uma etapa adicional, que poderia afetar o prazo e o calendário do edital. Ela não sabia como lidar com a questão de recontar prazos, pois não tinha domínio sobre a legislação que regulamenta o processo. Clarice sugeriu que

essa mudança fosse pensada para o próximo edital, garantindo que seria necessário consultar o jurídico antes de qualquer decisão. **Cynthia Falcão** ressaltou a importância do Conselho Consultivo do Audiovisual, destacando que, muitas vezes, ele é visto apenas como uma consulta, mas que, na realidade, possui um valor histórico significativo. Ela explicou que o conselho é anterior ao Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco e enfatizou a diferença na composição entre ambos, com o Conselho Consultivo do Audiovisual sendo composto por representantes da sociedade civil e sem hierarquia em relação aos outros conselhos. Cynthia reforçou que esse conselho é um espaço essencial para a elaboração de políticas públicas para o audiovisual, e que as sugestões formuladas, como as do MAPE, devem ser levadas em consideração. Ela pediu que a importância desse espaço fosse mais valorizada, destacando que os conselheiros têm uma função pública e devem ser ouvidos no processo de formulação de políticas. Por fim, ela sugeriu que o levantamento feito pelo MAPE fosse aplicado ainda este ano, caso fosse possível, e recomendou a consulta ao jurídico para garantir a viabilidade. **Maria Samara** agradeceu a fala de Cynthia e destacou que a gestão sempre discute a importância do Conselho de Audiovisual. Ela explicou que, ao tomar decisões, sempre considera a história do audiovisual, construída por mulheres, pessoas negras e indígenas. Maria enfatizou que o Conselho de Audiovisual tem uma trajetória importante, principalmente no que se refere à justiça social e à implementação de políticas para combater a desigualdade de gênero e raça. Ela mencionou que o Funcultura tomou proporção devido a essas políticas. Maria propôs que, tanto o MAPE quanto o Negritude, se unissem para definir as prioridades da Coordenação, com o objetivo de promover o diálogo e garantir a participação social na construção de políticas culturais. Ela reforçou a importância da colaboração e mencionou seu compromisso em trabalhar com todos os envolvidos, agradecendo a confiança de Yasmim em lhe dar a oportunidade de estar na posição atual. Por fim, Maria sugeriu um encontro com o MAPE na Secretaria para discutir ações conjuntas e construir algo significativo para a história do audiovisual. **Karla Fagundes** agradeceu a todos pela participação na reunião, destacando sua gratidão pelas colaborações, especialmente a Clarice, Yasmim e Maria. Ela expressou seu reconhecimento pela confiança depositada nela e pela oportunidade de contribuir com sua trajetória, agora estando do outro lado da gestão. Karla mencionou que estão construindo pautas relacionadas à preservação e memória em parceria com a Cinemateca e que acolheram uma solicitação da Fetec, já encaminhada para a Cinemateca, para buscar formas evolutivas nesse processo. Ela ressaltou que continuarão com esse trabalho ao longo do ano. Além disso, destacou outras pautas importantes, como a colaboração com os coletivos Negritude e MAPE. Assim que a reunião com esses grupos ocorrer, avançarão nas discussões, incluindo esses coletivos como marcos históricos dentro da Linha do Tempo da Cinemateca Pernambucana. **Yasmim Neves** destacou a importância das falas de Cynthia e Maria, reforçando que não se constrói o futuro sem reconhecer o passado. Ela ressaltou sua identidade como mulher candomblecista e a valorização dos ancestrais, enfatizando que a história é um processo coletivo. Para que Maria estivesse ali naquele momento, outras mulheres, como Cynthia e tantas outras, haviam ocupado esse espaço anteriormente. Ela apontou que a luta é constante para garantir um setor cultural mais equilibrado, tanto em estrutura quanto em pensamento socioeconômico, reconhecendo quem realmente faz cultura no estado e quais são seus desafios. Yasmim afirmou que a construção desse processo é diária e exige responsabilidade, destacando a presença de profissionais da área, como Maria e Karla no audiovisual, e sua própria

experiência na cultura popular. Ela enfatizou a importância do trabalho coletivo no Conselho, defendendo que a política pública deve ser estruturada de forma apartidária. Para ela, o espaço conquistado é resultado do esforço de muitas pessoas e deve ser utilizado para honrar aqueles que vieram antes e abrir caminho para os mais jovens. Yasmim ressaltou a necessidade do diálogo, do respeito às diferentes opiniões e da autocrítica para melhorar continuamente o setor. Ela reconheceu o papel atuante de Wllyssys no Conselho, que tem contribuído de forma direta em diversas pautas, além do audiovisual. Ela mencionou os desafios da gestão pública e pediu paciência ao Conselho com as meninas do audiovisual, que ainda estão em processo de construção. Reforçou a importância de um diálogo contínuo entre o Conselho e outros espaços participativos, comparando essa construção à vivência nos terreiros, que ensinam a ouvir e falar coletivamente. Por fim, Yasmim expressou sua disposição para dialogar com o Coletivo Negritude e outros grupos, como já fizeram com a RIPA e o Circo Experimental Negro. Ela reafirmou o compromisso da Secretaria Executiva de Cultura com um trabalho coletivo e diário, reforçando a necessidade de seguir fortalecendo a política cultural de Pernambuco. **Cynthia Falcão** agradeceu a Yasmim pela oportunidade dada a Maria e Karla e destacou o momento de aprendizado mútuo com Maria e Karla. Ela refletiu sobre a importância de estarem juntas na construção da história e na elaboração de políticas públicas. Reforçou a necessidade de valorizar o conselho, ouvindo e acolhendo coletivos como o MAPE e o Negritude. Reconheceu a urgência da renovação do conselho e incentivou que todos aproveitassem esse espaço. Por fim, mencionou a importância das discussões jurídicas e expressou esperança de implementar as alterações planejadas até abril. **Amanda Carneiro** agradeceu, em nome de toda a equipe da Casa dos Conselhos, ressaltando que estavam sempre à disposição para auxiliar na condução das reuniões. Ela destacou as falas de Yasmim e Maria sobre a importância da construção coletiva, enfatizando que os conselheiros não eram inimigos, mas parceiros na busca por avanços. Ela defendeu o respeito mútuo e a compreensão como bases para um diálogo produtivo, reforçando que, embora os mandatos do conselho fossem temporários, as ações realizadas deixariam um legado para todos os fazedores de cultura e detentores do saber. Amanda ressaltou a importância da representatividade no conselho e garantiu que a Casa dos Conselhos estava disponível para atender qualquer solicitação, demanda ou dúvida. Por fim, agradeceu à equipe, aos participantes do Mapa Cultural, às demais linguagens artísticas, à Secretaria de Cultura e a Yasmim, reafirmando o compromisso de avançar juntas na construção de políticas culturais. **Paulo Ricardo** reforçou a importância de aproveitar o conselho e destacou a necessidade de olhar com atenção para a questão das pessoas com deficiência (PCD). Ele mencionou sua participação em um mapeamento nacional de artistas PCD de diversas áreas culturais, realizado por meio de uma iniciativa da Bahia. Ele reconheceu que sua gestão no conselho estava próxima do fim, mas fez um apelo para que o tema continuasse sendo debatido. Ressaltou que, embora ainda não houvesse um coletivo estruturado na região, os artistas PCD estavam dispersos e precisavam de representação. Por fim, pediu que o conselho considerasse essa pauta e trabalhasse por maior inclusão. **Maria Samara** agradeceu a fala de Paulo Ricardo e destacou a importância da acessibilidade no audiovisual. Ela mencionou sua experiência no Rio Grande do Sul, onde percebeu o crescimento da participação de pessoas PCD nos espaços culturais. Citou o Festival de Cinema de Triunfo como um exemplo de inclusão e se colocou à disposição para dialogar e desenvolver ações conjuntas para fortalecer a acessibilidade na cultura. Nada mais havendo a tratar, **Maria Samara de Almeida**,

Secretária do Conselho Consultivo de Audiovisual, agradeceu a presença de todos(as) e deu por encerrada a reunião. Em seguida, lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por ela e pelos(as) demais conselheiros(as) presentes.

Samara Maria de Almeida (**Secretária**)

Alexandre Soares Taquary

Anna Paula Andrade

Cecilia Melo da Fonte

Clarice de Melo Andrade

Cynthia Gomes Falcão Pereira

Paulo Ricardo da Costa

Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araujo